



Celebrações do saber: exames finais nas escolas da região colonial italiana, Rio Grande do Sul, 1875 a 1930¹

Celebrations of knowledge: final examinations in the schools of the region of Italian colonization in the State of Rio Grande do Sul, Brazil, from 1875 to 1930

Terciane Ângela Luchese

Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, RS - Brasil, e-mails: taluches@ucs.br; terci@terra.com.br

Resumo

Resultado de pesquisa institucional sobre o processo escolar entre imigrantes italianos e seus descendentes, este artigo apresenta uma análise dos momentos de exames finais como elemento importante para pensarmos as práticas educativas e avaliativas. A partir de indícios documentais diversificados, o recorte espacial abrange a chamada região colonial italiana do Rio Grande do Sul (antigas colônias Dona Isabel, Caxias e Conde d'Eu). A análise privilegia o período de 1875 a 1930 e o referencial teórico-metodológico utilizado foi o da História Cultural. No cumprimento do calendário escolar um dos principais momentos, ao final do ano letivo,

¹ Uma versão parcial do presente artigo foi apresentada no VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em São Luís (MA), em 2010.

era o dos exames finais. Estes se constituíam no momento ápice da avaliação escolar. Eram celebrados e em torno de sua realização havia um ritual de relações de poder evidenciado pelos diversos registros – fotográficos, atas, jornais que publicavam os resultados e todo o conjunto de atividades de permeavam o ritual dos exames. Quem compunha a comissão examinadora? Por quem eram nomeados? Como procediam na aplicação dos exames? Quais os conhecimentos exigidos/valorizados? Como os professores preparavam a turma para os exames finais? O que eles dimensionam das relações de poder, das culturas escolares? Premiações, almoços festivos, que outros momentos eram preparados após os exames? Estas e algumas outras questões são o cerne deste estudo produzido a partir de fontes historiográficas diversificadas como relatórios, mapas de frequência, correspondências diversas, cadernos de chamada, atas, jornais e fotografias. O estudo procura contribuir para o conhecimento da história da educação brasileira, considerando a multiplicidade cultural e étnica da Região.

Palavras-chave: Práticas avaliativas. Escolas. Imigrantes italianos.

Abstract

As a result of an institutional research project on the schooling process among Italian immigrants and their descendants, the article analyzes the final examinations as an important element to reflect on the practices of education and evaluation. On the basis of diverse documental evidences, the space of investigation covers the so-called region of Italian colonization in the state of Rio Grande do Sul that corresponds to the old colonies of Dona Isabel, Caxias do Sul and Conde d'Eu. The analysis focuses on the period from 1875 to 1930 and uses the theoretical-methodological frame of reference of Cultural History. One of the most important moments in the school calendar was the final examination at the end of the school year. It constituted the apex of the school evaluation process and was correspondingly celebrated. The final examination was surrounded by a ritual of power relations that are reflected in various records, viz. photographs, minutes and even newspapers that published the examination's results, and a whole set of activities that permeated the examination ritual. Who were the members of the examination committee? By whom were they appointed? How did they apply the examination? What kinds of knowledge were demanded or valued? How did the teachers prepare the students for the final examination? What do they reveal about the power relations and school cultures? What moments were prepared besides award-giving sessions and solemn meals after

the examination? These and other questions are at the core of this study, which is based on diverse historiographical sources such as reports, attendance records, letters, roll call booklets, minutes, newspapers and photographs. It intends to contribute to the knowledge of the history of Brazilian education, taking into account the cultural and ethnic multiplicity of the region.

Keywords: *Evaluation practices. Schools. Italian immigrants.*

“A disciplina é o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade. É o poder de individualização que tem o exame como instrumento fundamental. O exame é a vigilância permanente, classificatória que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo.”

(Michel Foucault)²

Considerações iniciais

Como resultado de pesquisa institucional e contando com financiamento da FAPERGS (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul), investiga-se o processo escolar entre imigrantes italianos e seus descendentes, sendo que neste artigo apresento uma análise dos momentos de exames finais das escolas públicas como elemento importante para pensarmos as práticas educativas e avaliativas. A partir de indícios documentais diversificados, o recorte espacial abrange a chamada região colonial italiana do Rio Grande do Sul, que corresponde às antigas colônias Dona Isabel, Caxias e Conde d’Eu – hoje, especialmente, aos municípios de Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul, Santa Tereza, Garibaldi, Carlos Barbosa, Farroupilha, São Marcos, Flores da Cunha, Antônio Prado e Caxias do Sul. A análise privilegia o período de 1875 a 1930 e o referencial teórico-metodológico utilizado foi o da história cultural.

² FOUCAULT, 1979, p. 107.

No cumprimento do calendário escolar um dos momentos mais privilegiados do ano letivo era o dos exames finais. Estes se constituíam no momento ápice da avaliação escolar. Eram celebrados e em torno de sua realização havia um ritual de relações de poder evidenciado pelos diversos registros – fotográficos, dos livros de ata e mesmo de jornais que publicavam os resultados e todo o conjunto de atividades de permeavam o ritual dos exames. Quem compunha a comissão examinadora? Por quem eram nomeados? Como procediam na aplicação dos exames? Quais os conhecimentos exigidos/valorizados? Como os professores preparavam a turma para os exames finais? O que os exames dimensionam das relações de poder, das culturas escolares? O que a prática dos exames finais revela acerca das concepções pedagógicas de aprendizagem? Premiações, almoços festivos, que rituais marcavam os momentos após os exames? Estas e algumas outras questões são o cerne deste estudo produzido a partir de fontes historiográficas diversificadas como relatórios, mapas de frequência, correspondências diversas, cadernos de chamada, atas, jornais e fotografias. O estudo procura contribuir para o conhecimento da história da educação brasileira, considerando a multiplicidade cultural e étnica da Região.

Dentre os autores que contribuem para pensarmos a temática desenvolvida neste artigo estão Kreutz (2001, 2003 e 2006), Vidal (2005), Faria Filho (2000, 2002, 2003 e 2007), Souza (1998) e Bencostta (2007).

O processo escolar na região colonial italiana

A escola foi importante e sua história na Região envolve um dinâmico processo de consolidação, conforme os estudos de Luchese (2007, 2009). Do início da colonização, em 1875, até o ano de 1890, as iniciativas de escolarização (públicas e particulares) tiveram como característica principal a efemeridade das escolas isoladas e a pequena quantidade delas. Após, quando foram criados os municípios de Caxias do Sul, Bento

Gonçalves e depois Garibaldi (em 1900), até o ano de 1930³, paulatinamente, as escolas particulares italianas foram sendo absorvidas pelo ensino municipal e estadual. Na mesma proporção, novos professores foram sendo formados, e os mais antigos, imigrantes que vivenciaram cursos de aperfeiçoamento, passaram a ensinar em língua vernácula.

A preferência pela escola pública primária (e gratuita) levou a um movimento intenso de solicitações. Percebe-se que as famílias colocaram em jogo estratégias em um movimento duplo, ambíguo: o de manutenção de traços culturais trazidos da Itália, quais sejam os religiosos e os familiares, e a procura da cultura nacional, especialmente por meio do domínio do português que, numa perspectiva prática, melhorava as potencialidades de negócios. As famílias preocuparam-se com o preparo de seus filhos, na busca da concretização de projetos de vida e um dos caminhos era a escola.

As escolas, denominadas italianas foram o resultado da ação das comunidades, principalmente nas zonas rurais ou das associações de mútuo socorro, especialmente nas zonas urbanas. Elas se constituíram na alternativa dos imigrantes frente à falta de escolas públicas. As escolas italianas rurais raramente receberam material escolar do governo italiano e os professores, membros da própria comunidade, ensinavam em dialetos as noções fundamentais de leitura, escrita e as quatro operações. Nas escolas mantidas pelas associações de mútuo socorro, o currículo era diversificado com o ensino da geografia e história da Itália, desenho, ginástica sueca e exercícios militares, ensino de outros idiomas a exemplo do francês, entre outros conhecimentos. Agentes consulares e cônsules, em seus relatórios, destacaram constantemente a importância das escolas ditas italianas para a difusão do sentimento de *italianità* entre os imigrantes e seus descendentes, criando-se laços com a Pátria-Mãe. Essas escolas

³ Em 28 fev. 1930, foi instalada em Caxias do Sul, a Escola Complementar Duque de Caxias para a formação de professores. Ela representou a implementação concreta de um projeto de educação pública, na medida em que investiu na formação dos professores da Região. Em 1932, quando se formou a primeira turma, ali estavam jovens complementaristas provenientes de diversos municípios e essa condição progressivamente produziu diferenças na organização administrativa e didático-pedagógica do ensino primário regional.

mantidas pelas associações foram as que receberam, por um período de tempo mais regular, material didático vindo da Itália, bem como professores enviados com o intuito de ensinar, mas também de manter/criar vínculos de italianidade e atuarem como agentes consulares.

Com o advento republicano, a política educacional municipal, com o apoio estadual, empreendeu uma progressiva absorção das escolas particulares italianas, transformando-as em públicas e com o ensino do português. Desse modo, ao fim dos anos de 1920, afirmavam-se, no campo educacional regional, basicamente as escolas confessionais e as escolas públicas municipais e estaduais.

A consolidação do regime republicano trouxe a separação do Estado e da Igreja Católica. O fim do regalismo conduziu, com a romanização, ao maior controle e rigor nas atividades clericais, o fortalecimento das ordens religiosas e a preocupação com a difusão da educação cristã. Na região colonial italiana, a atuação da Igreja foi incisiva no processo de escolarização através da fundação de colégios confessionais, do estímulo à criação de escolas mantidas sob a orientação de padres católicos (fossem paroquiais ou não), fundação de seminários, juvenatos e noviciados, que encontraram localmente grande receptividade. Para isso, foram válidos os sermões e a autoridade do padre que, pela imprensa católica e junto às autoridades políticas, buscou a legitimação do ensino religioso também nas escolas públicas.

As escolas confessionais criadas e mantidas por diferentes congregações católicas disseminaram-se rapidamente nas primeiras décadas do século XX pela região colonial italiana, atendendo à zona urbana e também à rural. Os colégios contribuíram significativamente na expansão e qualificação da escolarização, viabilizando o regime de internato e externato, inserindo novas disciplinas escolares, educando e disciplinando 'corpos e mentes'. Além da formação de numerosos religiosos e religiosas, as escolas confessionais educaram uma parcela significativa dos que assumiram posição de liderança regional, tanto econômica quanto política.

Na região colonial italiana, as escolas isoladas, de modo geral, foram construídas pelas famílias de cada comunidade e oferecidas às municipalidades para que as provessem com professores. Os móveis, comprados pelo

poder público ou doados pelas famílias, foram fabricados na Região. O espaço da escola, por meio da realização dos exames finais e de festividades, marcadamente as de cunho cívico-patriótico, foram espaços frequentados pelos grupos sociais, bem como alunos e professores foram partícipes do entorno, tomando parte dos acontecimentos sociais. Na construção do tempo escolar, expresso pela organização do calendário, foi possível perceber processos de negociação que garantiram índices de frequência consideráveis para a época.

Os professores foram os responsáveis pela negociação entre as prescrições legais e as condições materiais que possuíam para o ensinar e o aprender. Saliente-se as mulheres que, em sua maioria, sem uma formação específica, fizeram-se professoras na oportunidade surgida. Os jogos de poder para as nomeações, as seleções, as condições salariais e de formação existiram. Num cenário em que intendentes, inspetores, famílias e comunidades, numa multiplicidade de relações, construíram representações dos professores, eles, de modo geral, foram respeitados, admirados, acatados e assumiram a liderança das atividades comunitárias.

Na maioria das escolas, prevalecia o ensino pautado na repetição, na memorização e os castigos ultrapassavam palavras, eram físicos. O silêncio, a obediência, a ordem, a aplicação nos estudos foram padrões de conduta escolar esperados, desejados e cobrados. A socialização escolar das crianças foi pensada e praticada tendo por base o controle dos corpos, dos conhecimentos e da moral. Em turmas geralmente numerosas e com diferentes níveis de aprendizagem, os professores ensinavam o que sabiam, com as poucas condições de que dispunham.

Celebrando saberes: os exames finais

Para Foucault (1979), os exames hospitalares, e certamente também os escolares, através da individualização, tornavam-se pertinentes elementos para o exercício do poder. Julgar, medir, classificar e ordenar, incluindo e excluindo alunos, foram práticas escolares que marcaram o momento dos exames escolares.

No cumprimento do calendário escolar um dos momentos mais privilegiados do ano letivo era o dos exames finais. Estes se constituíam no momento ápice da avaliação escolar. Eram celebrados e em torno de sua realização havia um ritual de relações de poder evidente. Um registro, em ata dos exames finais, o mais antigo (conhecido) da região colonial italiana, refere-se a Caxias do Sul e foi preservado por Adami (1981, p. 29):

Freguesia de Santa Tereza, 9 de dezembro de 1885. Ilmo Sr. A Comissão nomeada por essa Câmara, aceitando com satisfação o cargo de conhecer o aproveitamento dos alunos das aulas públicas desta freguesia tem a honra de levar ao conhecimento de V. S. que desempenhou a sua incumbência nos dias 5 e 7 do corrente. São três aulas públicas que aqui funcionam e delas são professores o Sr. Jerônimo Ferreira Porto, D. Anna Antônia da Silveira Porto e D. Amélia Gomes de Campos, exercendo os primeiros o magistério em uma casa do Estado, sita na sede da freguesia, na qual também residem e a última leciona na 9ª Léguas em uma modesta habitação.

Durante o corrente ano foram matriculados nas aulas da dita sede 112 alunos, sendo 68 do sexo masculino e 44 do feminino e, destes despediram-se por diversos motivos, 22 ficando a freqüência de 90 discípulos, sendo 50 meninos e 40 meninas.

Para serem examinados compareceram 36 alunos e 28 alunas, mas preparados para isso 30 de ambos os sexos, classificados em três classes conforme suas habilitações, das quais 12 foram examinados pela comissão em caligrafia, leitura em prosa e verso, gramática e análise gramatical, aritmética sobre números inteiros, frações decimais, ordinárias e metrologia e princípios de geografia. Assim viu a comissão trabalhos de agulha representados por almofadas, toalhas, sapatos e tapetes, etc. Não podia a comissão deixar de mostrar-se satisfeita pelos resultados obtidos, devido aos esforços dos professores no ensino dos seus discípulos, por que sem muita dedicação, não poderiam obter em tão curto prazo de tempo que os alunos e alunas apresentassem tanto aproveitamento, o que já esperava a Comissão por dar testemunho da assiduidade com que esses funcionários exercem tão útil cargo neste lugar.

Quanto à aula mista da 9ª Léguas, pouco tem a comissão de informar porque a professora funciona a pouco tempo e menor é a freqüência a aula, entretanto, mesmo assim, apresentaram-se 10 alunos de ambos

os sexos para o exame, que consistiu em princípios da leitura, caligrafia e aritmética. Foram matriculados 38 alunos e destes 32 freqüentam a aula com mais assiduidade. Deus guarde V. S. Ilmo Tenente Coronel Paulino Ignácio Teixeira, Presidente e mais vereadores da Comarca Municipal da Vila de São Sebastião do Caí. O Engenheiro Chefe da Comissão Examinadora, Bacharel Manoel Barata Góes.

Observe-se que dos noventa alunos freqüentes na sede, foram examinados apenas 30. Que motivos justificam tantas ausências? É possível, como apontam os indícios documentais, inferir que o próprio professor aconselhava os alunos *fracos*, que teriam rendimentos *mediócrs* e ou *insuficientes*, a não participarem. Ressalta Barata Góis, enquanto examinador, que há pouco estavam funcionando as respectivas escolas e que, apesar disso, o aproveitamento era satisfatório. É preciso perguntar-se: o aproveitamento era satisfatório para quais alunos? Apenas um terço estivera presente, considerando-se os freqüentes. Chama atenção também, pela ata, a exposição de trabalhos manuais. É Foucault (1987, p. 159), novamente, que permite inferir esses momentos como rituais de poder, que produzindo a descrição, o registro em ata, os tornam “[...] um meio de controle e um método de dominação”.

Pelo regimento interno das escolas elementares de 1898, o período limite para a realização dos exames era o dia 15 de dezembro. Caracterizava que os integrantes da comissão examinadora o faziam como serviço de utilidade pública e permitia ao professor a escolha pela promoção ou não de festividades⁴. O regulamento aprovado em 1906⁵ aperfeiçoou a avaliação. Os exames, em caráter público, tinham a comissão determinada pelo inspetor regional que a presidia, mais duas pessoas consideradas idôneas e o professor da aula. Cada matéria seria examinada e envolvia parte escrita e parte oral. Todo o processo era registrado em ata.

⁴ Regimento Interno das Escolas Elementares de 1898, p. 280. In: Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – 1898.

⁵ Regulamento da Instrução Pública, 1906, p. 110-111. In: Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – 1906.

Em 1909, com a criação dos Colégios Elementares, novas normatizações precisaram ser formuladas. Por meio do Regimento Interno, aprovado em 1910, e com o Decreto n. 2.224, de 29 de novembro de 1916⁶, a regulamentação dos exames finais ganhou maior detalhamento. As datas para a realização eram previstas para iniciarem na segunda quinzena de novembro, perante uma comissão de três membros. Estes seriam nomeados, no caso dos colégios elementares, pelo diretor, a quem caberia a manutenção da ordem e a coordenação dos trabalhos.

A legislação determinava que se examinasse por matérias, onde seriam sorteados determinados pontos previamente elaborados. Primeiramente era aplicada a prova escrita, com duração máxima de três horas e, após, a oral. Os resultados eram expressos por notas, sendo: 5 ou ótima; 4 ou boa; 3 ou regular; 2 sofrível; 1 má; 0 nula. As médias na prova escrita, iguais ou inferiores a 3, eliminavam o aluno. Na conclusão, após a prova oral e feita a média, eram considerados aprovados ‘simplesmente’ os que alcançassem a média 3 e $\frac{1}{2}$; aprovado ‘plenamente’ os que obtivessem a média 4 e com ‘distinção’ quando atingissem 5. Para avaliar o desenho, a música, a escrituração mercantil, os trabalhos manuais e a ginástica, eram aplicadas provas práticas.

O Decreto referido previa, ainda, que no começo do ano houvesse uma segunda época de exames, para os candidatos que tivessem sido reprovados, no máximo, em duas das matérias de uma série. Também que os alunos que, durante o ano letivo, tivessem feito todas as sabatinas mensais e obtido média de 4 e $\frac{1}{2}$ pontos, seriam considerados aprovados na matéria.

Em 1927, novo Decreto n. 3.903⁷ legislou estabelecendo o regimento interno para as escolas públicas. Foram mantidas diversas das orientações anteriores, mas acrescentava uma regulação maior quanto à duração das provas escritas e o cuidado para separar os alunos, evitando que os mesmos trocassem entre si informações:

⁶ Decreto 2.224, de 29 de novembro de 1916. Leis, decretos e atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – 1916. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Federação, 1917.

⁷ Decreto n. 3.903 de 14 de outubro de 1927. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d’A Federação.

Artigo 21º. Reunida a comissão examinadora iniciará os trabalhos pela chamada dos alunos, em seguida, proceder-se-á à prova escrita de um ponto tirado à sorte.

Esta prova durará no máximo meia hora para os exames das escolas iniciadas e da 1ª e 2ª classe dos colégios podendo-se prolongar até por duas horas para a 3ª classe dos colégios e grupos e todos os anos da Escola Complementar.

Parágrafo único – Para a prova escrita a comissão terá em vista a colocação dos alunos na sala de modo a não se poderem auxiliar, distribuindo-lhes papel para a prova com a rubrica dos membros da banca examinadora⁸.

Seguiam-se as provas orais. O Decreto trazia para o professor da classe o início dos questionamentos aos alunos. Determinava que, no exame da leitura, nas escolas isoladas e 1ª e 2ª classe dos colégios, a comissão verificaria, em especial, se os alunos bem compreendiam o que liam e, em Geografia, se conheciam o mapa. Detalhava que, concluída a prova oral e procedido o ‘julgamento’ fosse lavrada ata em que constariam o nome dos examinadores, número de alunos examinados, notas obtidas, matérias do exame, pontos sorteados e outras ocorrências consideradas dignas de nota.

Mantinha em caráter facultativo a realização de festividades no encerramento dos trabalhos letivos, bem como reconhecia a possibilidade de premiação dos alunos:

Artigo 26º. Podem ser instituídos pelo diretor, professores, autoridades, associações ou particulares, prêmios para serem conferidos aos alunos que mais se distinguirem.

Nas escolas isoladas farão as funções de diretores de colégio os subdelegados escolares, que organizarão as bancas examinadoras na qual tomarão parte, presidindo-as⁹.

Pela documentação consultada, na região colonial italiana, os exames finais eram aplicados por uma Comissão Examinadora determinada pelo

⁸ Decreto n. 3.903 de 14 de outubro de 1927. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação.

⁹ Decreto n. 3.903 de 14 de outubro de 1927. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação.

Intendente. Em alguns períodos, foi o presidente do Conselho Escolar ou o Inspetor Escolar que fez as escolhas daqueles que participariam como examinadores, mas em geral com o aval do Intendente. O período para os exames, com pequenas variações, foi a segunda quinzena de novembro e a primeira de dezembro.

No dia marcado para o exame, as autoridades que compunham a Comissão responsável dirigiam-se até a escola. Entoava-se o Hino Nacional para, em seguida, conferir a lista de chamada, averiguando a quantidade de matriculados e aqueles que se faziam presentes. Nas escolas isoladas, a comissão examinava cada classe adequando a parte escrita e a parte oral da avaliação. Comuns eram as exposições dos cadernos, trabalhos manuais e demais atividades que a professora considerasse pertinente de exibição. Realizadas as provas, a comissão se reunia e, em seguida, anunciava os resultados. Como era uma atividade pública, muitos pais participavam, acompanhando a realização e o resultado dos exames. Foram espetáculos do ensinar, já que muitas professoras eram elogiadas (ou não) pelos resultados dos alunos. Foram, também, espetáculos do aprender, pois os alunos eram destacados e, em muitas escolas, recebiam inclusive premiação pela condição conquistada.

Indubitavelmente, pode-se afirmar que o momento dos exames finais foi considerado extremamente relevante para a escolarização. Basta que se considerem os mecanismos de visibilidade utilizados para marcá-los – os inúmeros registros fotográficos e as publicações jornalísticas. Após os exames, eram comuns as apresentações artísticas, não raro almoços organizados pela própria comunidade e o registro fotográfico. Como bem situou Foucault (1987, p. 154):

O exame combina as técnicas de hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado.

Independendo do período, se mais no início do século XX ou ao final dos anos 1920, as atas dos exames finais têm, em sua imensa maioria, a mesma sequência de informações apresentadas. Veja-se a ata a seguir, referindo-se à professora Francisca Graff de Vargas, no ano de 1914:

Mel. Manuel Maria de Carvalho, 28 de novembro de 1914.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1914, na aula regida pela professora D. Francisca Graff de Vargas, presente a comissão de exames abaixo assinada tiveram lugar os trabalhos de exames comparecendo 29 alunos de 30 matriculados. Em seguida pelos alunos foram feitos exercícios de leitura e cálculos sobre as quatro operações no que revelaram real aproveitamento.

Sendo arguidos diversos alunos em Gramática portuguesa, geografia e história do Brasil, responderam todas perguntas com toda a precisão e clareza.

Tem esta comissão a notar que nesta aula se nota um excelente método de ensino, boa ordem e disciplina sendo devido a já reconhecida competência da professora que a dirige. Satisfeita a comissão com o resultado do exame de hoje tem somente que louvar muito merecidamente a digna professora D. Francisca Graff de Vargas pelos ingentes esforços que vai fazendo a fim de dar o maior brilhantismo a Instrução Municipal de Garibaldi. O amor no trabalho e o concurso inteligente e esforçado da referida professora é exemplo digno de ser imitado por todos os professores pertencentes ao quadro da Instrução Municipal a qual desta maneira seria única digna de nota entre as suas congêneres do Estado. E para constar se lavrou esta ata que vai assinada pela comissão, professora e pessoas presentes que o quiserem fazer.

Também em Bento Gonçalves manteve-se, em diferentes anos, uma estrutura de relatar aproximadamente as mesmas informações:

Ata geral dos exames finais da 5ª aula municipal subvencionada pelo Estado, da Linha Leopoldina, n. 26, 1º distrito deste município de Bento Gonçalves, sob a regência da professora Coraina Leite Zorrer. Aos seis dias do mês de novembro de 1925, perante a comissão examinadora composta dos Sr. Amedeo Vettorelli, Dr. Mario Caorsi e Olympio Lima, sob a presidência do primeiro, tiveram início os exames

com a presença de 31 alunos dos 38 matriculados, sendo 11 do sexo masculino e 20 do sexo feminino. Chamada a classe mais adiantada foi submetida a exercícios de caligrafia, ditado de um trecho e pequenos problemas sobre números inteiros.

No exame oral, após leitura do terceiro livro foram os alunos arguidos em regra de gramática, História do Brasil, princípios de geografia, análise gramatical. Ciências físicas, gramática, etc. Procedeu em seguida a comissão ao exame da classe imediata constante de 6 meninas e 2 meninos que leram no terceiro livro manuscrito e exercícios sobre as quatro operações. Concluído o exame destas duas classes, 3º e 2º livros, resolveu a comissão aprovar com distinção oito alunos, sendo 6 meninas e 2 meninos e aprovar os demais cujos nomes constam no original lançado no competente livro e aprovar plenamente duas alunas. O livro de matrícula consignava 38 alunos, sendo 26 meninas e 12 meninos, com a frequência média de 31 alunos, sendo 20 meninas e 11 meninos. E, para constar, lavrou-se esta ata, que vai assinada pela comissão examinadora e por mim professora Coraina Leite Zorrer. À comissão examinadora cumpre-lhe o dever de deixar consignada em ata um voto de louvor à professora D. Coraina Leite Zorrer pelo grau de adiantamento demonstrado pelos alunos, bem como pela higiene e disciplina escolar. 5ª aula municipal subvencionada em 6 de novembro de 1925¹⁰.

Chama atenção, nesta e em muitas outras atas encontradas, que a Comissão examinadora era formada ou pelo Sub-Intendente, ou pelo Intendente, ou alguma outra pessoa com cargo político ligado à Intendência. Os demais integrantes poderiam ser um professor ou apenas pessoas de renome na comunidade (proprietários de casas comerciais, indústrias...). Prevaecem em todo o período comissões formadas por homens. Exceções são algumas professoras dos Colégios Elementares que, por vezes, ao longo do final da década de 1910 e seguintes, integram as comissões. Caxias do Sul teve a primeira Inspetora Escolar, Alice Cavalcanti Prado e foi em seu relatório que informou:

¹⁰ Livro de Atas da aula cita a Linha Leopoldina, n. 26 (Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves).

Tiveram início os exames das aulas municipais em 10 de novembro e terminaram em 4 de dezembro do corrente ano. As aulas do Primeiro Distrito foram examinadas cuidadosamente por uma comissão da intendência da qual fazia parte a Inspetora Escolar e Sr. Santo Ceroni, com o comparecimento pessoal do Sr. Intendente a muitas delas. Nas dos outros distritos, ficaram os exames a cargo dos Srs. Subintendentes os quais eram acompanhados de diversas pessoas, ficando assim, as comissões compostas de 3 a 4 membros. O resultado, relativamente, bom. Alice Cavalcanti Prado, Inspetora Escolar.

Outro aspecto relevante nas atas de exames finais são os conhecimentos exigidos e verificados nos exames. As atas permitem, ainda, pensar sobre as aprovações e reprovações ocorridas. Poucas são as atas encontradas em que há, entre os resultados, alunos retidos. No entanto, em sua maioria, constam casos de alunos que não compareciam. Muitos professores, ao final do período, já alertavam aqueles que não estavam com bom rendimento para que não se fizessem presentes nos exames finais. Era preocupação também dos pais os resultados averiguados nos exames. Relatou Gasperin (1984, p. 76) que

[...] no final do ano letivo vinha uma Comissão Examinadora a fazer o encerramento. Compareciam os pais dos alunos. Mamãe nunca faltava. Mandavam-nos ler, fazer contas no quadro negro e faziam outras perguntas. Olhavam atentamente os cadernos de caligrafia, porque esta tinha muita importância.

E, adiante, reforçou:

Mamãe nunca faltava aos exames. Fazia questão que fizessemos boa figura, tanto em conhecimentos como no aspecto físico. Todos os fins de ano comprava-nos fitas para todas, para enfeitar os cabelos e um vestidinho novo. Quem sabe lá com que dificuldades! No último ano de escola éramos seis da família que a freqüentávamos. O Itálico também frequentou, por que havia perdido anos de escola para trabalhar fora (GASPERIN, 1984, p. 124).

O aproveitamento dos alunos, a disciplina, o asseio, a organização, o ensino cívico e patriótico eram quesitos observados pelas comissões que, ao final das atas, caso pensassem conveniente e merecedor, registravam o 'voto de louvor' ao professor. Os registros versavam quase sempre nos termos:

Voto de louvor

A comissão agradavelmente impressionada com os resultados finais dos exames desta aula pelo grau de adiantamento demonstrado por seus alunos, cumpre o grato dever de deixar aqui consignado um voto de louvor a Srta. Melinda Gava, pelo extraordinário esforço e devotamento com que se dedicou à causa da Instrução Pública, bem como ao mesmo tempo congratula-se com o Ilmo Dr. João Baptista Pianca, operoso Intendente deste município, pelo impulso que vem dando à mesma causa pelo modo sábio que faz distribuir a instrução às crianças e ainda pelo critério e acerto com os que sabem ministrar as primeiras letras aos nossos pequenos patrícios tornando assim efetivo o engrandecimento de nossa nacionalidade. Linha Santo Antônio, 3 de novembro de 1928. Olímpio Lima, Maximiliano Piva e Arthur Ziegler¹¹.

Ou então:

Ata de exame. Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de 1921 compareceram a comissão examinadora composta dos Srs. Tenente Salvador Bordini, Augusto João Nicola e Climaco de Hollanda Cavalcanti, na aula mista subvencionada, no lugar Belveder, 3º. Distrito de Garibaldi, dirigida pela Exma Sr. D. Amabile Stefani Stavinski, procedendo a chamada responderam 52 alunos.

Na 1ª classe destacaram-se os alunos [...]. Os demais alunos portaram-se bem. Os alunos foram argüidos em Português, aritmética, geografia e história.

É de justiça consignar nesta ata um voto de louvor a Exma Sr. D. Amabile Stefani Stavinski, que apesar de lutar com falta de material indispensável

¹¹ Livro de Atas da Aula Municipal da Linha Santo Antônio (Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves).

a uma aula, demonstrou, no entanto, ter amor e dedicação pela escola da qual é professora.

Os alunos cantaram diversas canções e hinos, inclusive o Hino Nacional e recitaram poesias ficando a comissão bastante satisfeita. E para constar lavrou-se a presente ata que vai por todos assinada. Tenente Salvador Bordini, Ângelo João Nicola, Climaco de Holanda Cavalcanti, Amabile Stefani Stavinski, Amália Etchegoyer de Abreu, João Tofolli¹².

Relações de poder permeavam discursos e registros, procurando elevar junto à comunidade que acompanhava os exames os nomes daqueles que ocupavam os cargos públicos. Elogios ao “extraordinário esforço e devotamento”, “ao amor e dedicação” da professora que resultara em um elevado “grau de adiantamento dos alunos” foram diversos. Os registros poderiam trazer observações como “[...] encontramos na escola muita limpeza tanto na casa como nos alunos e estes com muita disciplina”¹³. Ou então “[...] revelando bom aproveitamento nos estudos e dando boa impressão aos examinadores, inclusive da limpeza e boa ordem encontrada em tudo”¹⁴. Além disso, as comissões nomeadas apresentavam ao Intendente, quando este não acompanhasse diretamente alguns exames, uma síntese dos resultados:

Em todas as aulas examinadas, observou a comissão a melhor ordem, disciplina, higiene, excelente método de ensino e relativo grau de adiantamento dos alunos que as freqüentam, o que evidentemente comprova os progressos que de ano para ano vem fazendo a Instrução Municipal. [...] Destacou-se em primeiro lugar a aula regida pela professora Josephina de Conto que alem de fazerem os alunos que a freqüentam excelente exame das matérias regulamentares, fizeram

¹² Ata de exames finais da escola subvencionada de Belveder, em 29 de novembro de 1921. Correspondências (Arquivo Histórico e Geográfico de Montenegro).

¹³ Ata de exames finais da escola municipal isolada da professora Beatriz Bozzeto, aos 12 dias do mês de novembro de 1922. Correspondências (Arquivo Histórico e Geográfico de Montenegro).

¹⁴ Ata dos exames finais da aula da Linha Garibaldi Nova, aos 15 dias do mês de novembro de 1922. Correspondências (Arquivo Histórico e Geográfico de Montenegro).

também ótimo exame de geografia, aritmética, gramática portuguesa e história natural.

Em segundo lugar e em igualdade de condições, se acham as aulas a cargo dos dignos professores Joaquim Fernandes do Pillar e João Preussler Sobrinho nas quais fizeram os alunos além de bons exames das matérias regulamentares, os de português, aritmética e geometria. Em terceiro lugar e em igualdade de condições as aulas regidas pelas esforçadas professoras Luiza Maria Perazoli e Francisca Graff de Vargas.

Pela ordem em que se acham, seguiram-se as aulas regidas pelos professores: Margarida Canini, Gentilia Piletti, Rosina Zamboni, Thereza Lazzari, Rosina Carrera, Maria Mantelli, Genoveva, Ascari, Francisco Eugenio da Camino, Polycarpo Parise, Ângela Roveda, Thereza Nicolini, Letícia Sgaria, Stefano Ampolini, Cândida Graff Becker, Adélia Branchi, Thereza Roveda Bolsoni, Anna Victoria Miorando e Christiano Johannam. Todos estes professores mereceram louvores desta comissão pela ordem e disciplina observadas nas aulas por eles regidas.

As comissões classificavam os professores a partir dos resultados dos exames, e havia repercussões dessas averiguações para os professores e por vezes também para as comunidades, que podiam ter a escola fechada. Os jogos de poder foram evidentes no processo de realização dos exames, pois não foram poucos os professores que prepararam, para os momentos finais, espetáculos demonstrando civismo, patriotismo e, por que não dizer, adulações:

[...] Após o exame uma das alunas trajando o distintivo Rio-Grandense em uma apoteose, saindo improvisada à frente de seus colegas, discursando disse que era pequenina porém com seu coração republicano! E aconselhava seus colegas a serem bons brasileiros, amando o pavilhão de nossa querida Pátria Brasileira! Afinal, terminou convidando todo o colégio a viver o Dr. Borges de Medeiros, o Dr. Intendente e a República, sendo vivado com delirante salvas de palmas, depois a mesma aluna em continência foi cantando o Hino Nacional e em seguida os alunos recitaram diversas poesias patrióticas e canções. Em seguida, D. Cosme Fiorini como presidente da comissão usou da

palavra dizendo que em nome da comissão achava-se bastante satisfeito em ver o progresso desta aula, dando parabéns aos alunos e aos pais dos mesmos por terem uma professora que se interessa pelo ensino da instrução pública, sendo por isso digna de elogios visto o grande adiantamento do anos passado a este, congratulava-se com Exmo. Dr. Intendente por tão acertada nomeação da digna professora em sua paróquia, as últimas palavras foi calorosamente aplaudido por todos os visitantes e alunos. Nada mais havendo [...]¹⁵.

Entoando hinos, discursando, apresentando poesias, rimas, teatros, danças, músicas, entre outras apresentações, cada professor procurava distinção em seu trabalho, sintetizando, no momento da realização dos exames finais, o valor e a qualidade do trabalho por ele realizado. Observe-se que houve ocasião em que o próprio pároco local se fez presente e tomou para si a palavra, discursando. Era de praxe que os presidentes das comissões examinadoras se manifestassem ao seu final exaltando a instrução pública, os líderes políticos, as famílias e mesmo os alunos que tivessem obtido distinção no aproveitamento escolar.

Findos os exames, os mais adiantados cantaram o hino nacional, canções patrióticas e diversos recitativos. Após de tudo isto, foram distribuídos os prêmios oferecidos por mim, João Tonet, professor da dita aula, e para constar lavrou-se no competente livro esta ata assinada pela comissão e mais pessoas presentes. Em tempo: Declaro mais que após distribuídos os prêmios, o presidente da comissão Sr. Nefre E. Teixeira fez um longo elogio à instrução pública encomendando vivamente aos pais dos alunos de fazerem sempre igual empenho e desvelo pela instrução, fonte de inúmeras vantagens, pelo que todos os presentes aplaudiram dando um viva. Não havendo nada a tratar, encerrou-se [...]¹⁶.

¹⁵ Livro de registro de Atas da 10ª Aula Subvencionada pelo Estado, Linha Alcântara, n. 50 (Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves).

¹⁶ Livro de registro de Atas da 32ª Aula Municipal Masculina da 3ª Secção do Rio das Antas, 6º distrito de Bento Gonçalves (Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves).

Vale referir que a prática de distribuição de prêmios escolares teve espaço garantido nos Colégios Elementares. Em Caxias do Sul, em correspondência ao Intendente, os professores do Colégio Elementar José Bonifácio solicitavam auxílio, no intuito de agradecerem os alunos que se destacassem:

Colégio Elementar de Caxias, 20 de dezembro de 1915.

Ilmo Sr. Major José Baptista, M. D. Intendente Municipal

Os professores do Colégio Elementar desta cidade levados pelo sentimento de gratidão que V. S. tem se imposto, pelo carinho e zelo dedicado a este estabelecimento de ensino vem por meio deste agradecer-vos com a significação sincera do mais leal sentimento.

Outrossim, lembrar a V. S. com um meio estimulante a bem desta sagrada instrução que é o ideal dos nossos governos, o ninho de nossas aspirações dar alguma recompensa a estas crianças que para o ano vindouro se distinguem nesta luta gloriosa do saber.

Contando, pois com vossa benévola bondade e o vosso amor pela Pátria, esperam não deixareis atender esta apelo tão justo *decretando para isso uma verba que corresponda as despesas para alguns prêmios.*

Saúde e fraternidade.

Maria Maximilia Rosa, Antonietta Agostinelli, Maria Luiza Rosa, Alice Leitão Neves e Apollinário Afonso dos Santos¹⁷ [grifos meus].

As formas de controle compensatório estiveram presentes. Tratava-se dos ‘estímulos’, de dispositivos disciplinares distribuídos àqueles que demonstrassem maior aproveitamento escolar. A entrega era feita nos dias de realização dos exames finais, quando o ritual escolar de aprovação e classificação dos adiantamentos elevava alguns pelo seu ‘grau de aproveitamento’ e os compensava com menções honrosas ou prêmios, em detrimento de outros. “[...] Por último foram feitos diversos recitativos de poesias do segundo livro, pelos alunos [...], sendo em seguida

¹⁷ Códice 01.02.01 – Secretaria do Gabinete – Correspondência recebida – Educação (Arquivo Histórico do João Spadari – Caxias do Sul).

oferecido diversos prêmios aos melhores alunos pelo seu professor. Não havendo mais nada a tratar-se [...]”¹⁸.

As próprias legislações municipais previam a entrega de ‘prêmios’ aos alunos e, em sua síntese, eram muito próximas às prescrições estaduais. Referindo-se aos exames, o capítulo nono do Regulamento Municipal do Ensino¹⁹, de 1928, em Bento Gonçalves, estabelecia que os mesmos seriam realizados na primeira quinzena de novembro, perante uma comissão constituída pelo professor da aula, o presidente da junta escolar e mais duas pessoas, nomeadas pelo Intendente sob a presidência do inspetor de zona. A arguição dos alunos começaria a ser feita pelo professor, seguindo-se os outros examinadores. Concluído o exame, seria lavrada uma ata no livro especial, no qual constaria o nome dos examinadores, o número de alunos examinados, a matéria do exame, os alunos que se distinguiram, bem como outras ocorrências dignas de nota. A ata seria lavrada pelo professor da aula e assinada por todos os examinadores; com reserva, quando houvesse alguma discordância. Terminado o exame, o professor remeteria imediatamente o livro de atas ao Inspetor Geral e era facultativo àquele dar caráter festivo ao ato de encerramento dos trabalhos letivos, podendo, para isso, convidar autoridades e particulares. Também estabelecia que poderiam ser instituídos, pelos inspetores escolares, professores, membros das juntas escolares, autoridades, associações ou particulares, prêmios para serem conferidos aos alunos que se distinguissem.

Considerações finais

A importância atribuída ao momento dos exames finais pode ser pensada inclusive a partir dos jornais. Muitos, regionalmente, retratavam

¹⁸ Livro de Registro de Atas e Exames Finais da 2ª Aula Municipal, Bento Gonçalves (Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves).

¹⁹ Ato n. 189, de 29 de maio de 1928, Regulamento do Ensino Público do Município de Bento Gonçalves (Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves).

esse momento. Destacavam-se os resultados dos exames, as festividades ocorridas no seu encerramento, registravam-se 'louvores' ao fazer de muitos professores. Faria Filho, ao referir-se aos exames finais, muito bem expressou:

Neles e por meio deles, objetiva-se cada vez mais uma idéia de ordem escolar baseada na classificação, seriação, enfim seleção dos alunos não apenas no interior de cada classe, mas no conjunto do sistema escolar, aproximando-se muito ou, mesmo, identificando a noção de ordem com a de homogeneização (FARIA FILHO, 2000, p. 170).

Claro está que a educação das crianças era compreendida como uma ação conjunta entre a família, a escola e a religiosidade. Todos os processos disciplinares vivenciados, especialmente, nessas três esferas, tinham como foco a formação da infância para o trabalho, para os 'novos cidadãos' que a nação brasileira almejava. Escolarização – eis a chave apontada para a civilidade, a 'ordem e o progresso', tão caros aos republicanos de então e que não deixavam de estar em consonância com aspectos disciplinares primados pela Igreja e pelas famílias.

Investigar o processo escolar da região colonial italiana no período em foco, pensando nas práticas escolares e, especialmente, nas avaliativas vivenciadas no momento dos exames finais, permite narrar e, ao mesmo tempo, refletir sobre as relações sociais e culturais, permeadas pelo contexto republicano e a construção dos ideais de nacionalidade brasileira. Possibilita perceber negociações, táticas²⁰ criadas pelos professores na organização dos momentos de exames finais. Os rituais de preparação – que envolviam além dos conhecimentos a serem demonstrados publicamente pelas crianças, as esperadas apresentações de hinos, poesias, cantos e dramatizações tendo

²⁰ Para Certeau, as táticas ou 'artes de fazer com' estão no nível do consumo, referindo-se "[...] a uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de 'consumo': esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiqüamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas *nas maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante" (CERTEAU, 1994, p. 39).

como foco a demonstração do civismo, do patriotismo – discursivamente enfatizados, especialmente em zonas de imigração. As advertências aos alunos que não tinham obtido sucesso na aprendizagem para que se ausentassem dos exames – assim, os resultados eram considerados, quase sempre, como satisfatórios. Mas quantos tinham sido excluídos antecipadamente? Quantos desistiam, se evadiam no decorrer do ano? E tantos outros que eram estigmatizados por serem portadores de marcas de sotaque, evidenciando o bilinguismo, comum nesse período e região.

Compreender a pluralidade de sentidos atribuídos aos diferentes momentos escolares, a participação das famílias e comunidades, os sujeitos escolares em suas relações de poder com as Comissões Examinadoras são importantes para o entendimento do processo escolar na Região e nas suas relações com o Estado gaúcho e com o Brasil como um todo, enquanto tensionamento mediante as tentativas de homogeneização.

Referências

- ADAMI, J. S. *História de Caxias do Sul: 1877 a 1967*. Porto Alegre: EST, 1981.
- BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.
- FARIA FILHO, L. M. de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 191- 211.
- FARIA FILHO, L. M. de. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E (Org.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-36

FARIA FILHO, L. M. de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: FONSECA, T. N. L.; VEIGA, C. G. (Org.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 77-98.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GASPERIN, A. *Vão Simbora: relato de imigrantes italianos da Colônia Princesa Dona Isabel do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educus, 1984.

KREUTZ, L. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. M. T. et al. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 347-370.

KREUTZ, L. Escolas étnicas de imigrantes no Cone Sul: amplo repertório de fontes de pesquisa, ainda não trabalhados. In: SCHELBAUER, A. R; LOMBARDI, J. C.; MACHADO; M. C. G. (Org.). *Educação em debate: perspectivas, abordagens, historiografia*. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 349-371.

KREUTZ, L. Imigrantes e projeto de escola pública no Brasil: diferenças e tensões culturais. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (Org.). *Educação no Brasil: história e historiografia*. Campinas: Autores Associados, 2001.

LUCHESE, T. A. *O processo escolar entre imigrantes na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930. Leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

LUCHESE, T. Â. *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde d'Eu, Donas Isabel, Caxias e Alfredo Chaves, 1875 a 1889*. Curitiba: CRV, 2009.

SOUZA, R. F. de. *Tempos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 a 1910)*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

VIDAL, D. G. *Culturas Escolares*: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005.

Recebido: 25/11/2013

Received: 11/25/2013

Aprovado: 20/01/2014

Approved: 01/20/2014

